

**PARECER JURÍDICO 43/2026 DA ASSESSORIA JURÍDICA DE TOMÉ-AÇU/PA**

**SOLICITANTE:** Departamento de Licitações e Contratos de Tomé-Açu/PA.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 0403002/2026/PMTA

**TIPO DE LICITAÇÃO:** CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

**OBJETO:** REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INDÍGENA LÚCIO PORANGATY TEMBÉ.

## **I – RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, oriundo do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Tomé-Açu/PA, regulado pelo Decreto Municipal nº 55/2023 e Portaria nº 09/2026-GPMTA, no **Processo Administrativo nº 0403002/2026/PMTA**, na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 003/2026**, cujo objeto consiste em **reforma e ampliação da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Indígena Lúcio Porangaty Tembé**.

O processo foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, com especial atenção aos aspectos de legalidade, coerência procedimental, vantajosidade da contratação, gestão de riscos e aderência às normas vigentes, para posterior devolução ao setor demandante, a fim de que seja dado regular prosseguimento ao rito processual.

**É o relatório. Passo a opinar.**

## **II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.1 – Da Competência e do Dever de Manifestação Jurídica**

Inicialmente se faz necessário o esclarecimento, que compete a Assessoria Jurídica, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sobre os aspectos jurídicos, não cabendo portanto, adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da conduta dos atos administrativos, uma vez

que estes estão reservados à discricionariedade do administrador público legalmente competente, como também, não compete a esta assessoria jurídica, examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Não existe delegação de responsabilidade do administrador ou mesmo o compartilhamento desta quando exarada a manifestação jurídica relativa à contratação. A solução técnica eleita é inerente à esfera de competência própria do agente administrativo, e só dele, não importando o pronunciamento desta Assessoria Jurídica, sob qualquer ótica, em juízo de conveniência e oportunidade.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

“O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.”

Ressalte-se que o parecer jurídico possui natureza opinativa, não substituindo as decisões administrativas de mérito, especialmente aquelas de cunho técnico, econômico ou de conveniência e oportunidade, as quais competem à autoridade administrativa competente.

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.

## **II.2 – Do Enquadramento da Modalidade Licitatória – Concorrência Eletrônica**

A modalidade sugerida para realização do certame, qual seja, “**Concorrência**”, encontra amparo legal no art. 6º, inciso XXXVIII, e art. 28, Inciso II, ambos da Lei nº 14.133/2021, e art. 1º, do Decreto Municipal nº 58/2023, vejamos:

**Lei nº 14.133/2021**

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

“Art. 28. São modalidades de licitação:

(...)

II – Concorrência;”

**Decreto Municipal nº 58/2023**

“Art. 1º. Este Decreto regulamenta a licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica e presencial para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, por meio da modalidade de licitação denominada concorrência, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021;”

De mesmo modo, o objeto licitado amolda-se adequadamente previsto no Inciso I, do art. 2º, do Decreto Municipal nº 58/2023, vejamos:

**Decreto Municipal nº 58/2023**

“Art. 2º. Para fins do disposto neste Decreto consideram-se:

I – concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

O certame licitatório realizar-se-á de maneira **eletrônica**, em conformidade com o art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, e art. 4º, do Decreto Municipal nº 58/2023, na modalidade Concorrência.

#### **Lei nº 14.133/2021**

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

§ 2º. **As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.” **(Grifos nossos).**

#### **Decreto Municipal nº 58/2023**

“Art. 4º. A concorrência, que segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, é a modalidade de licitação para **contratação** de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, conforme definidos nos incisos III e V, e na alínea “b” do inciso VI, do art. 2º, deste Decreto, cujo critério de julgamento poderá ser:

A escolha da modalidade mostra-se coerente com a complexidade do objeto, com a necessidade de ampla competitividade e com a observância dos princípios da isonomia, impessoalidade, publicidade, planejamento, eficiência e competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Conforme consta na minuta, o Edital dará aos participantes condições de igualdade e proporcionará à Administração Pública contratar com a melhor proposta apresentada, do tipo **MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL**, respeitando aos princípios da igualdade de oportunidade e da legalidade, expressamente descritos em nossa Carta Magna.

### **II.3 – Da Legalidade e Coerência do Procedimento**

Examinando-se os autos, constata-se a presença dos documentos essenciais exigidos pela Lei nº 14.133/2021, notadamente:

A análise jurídica do procedimento deve verificar, em especial:



- Existência de Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, demonstrando a necessidade da contratação, o interesse público envolvido e a adequação da solução escolhida;
- Elaboração do Projeto Básico, com descrição clara, precisa e suficiente do objeto, contendo memorial descritivo, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro, orçamento detalhado e critérios de medição e pagamento;
- Previsão orçamentária e dotação suficiente, conforme art. 18, da Lei nº 14.133/2021;
- Elaboração do edital, com cláusulas claras, objetivas e compatíveis com a legislação vigente, especialmente quanto aos critérios de julgamento, prazos, exigências de habilitação e sanções administrativas.

Verificada a observância desses requisitos, conclui-se pela regularidade formal e legal do procedimento, inexistindo, em tese, vícios que maculem sua validade.

#### **II.4 – Da coerência procedimental e do planejamento da contratação**

A Lei nº 14.133/2021 consagra o planejamento como vetor central da contratação pública. Nesse sentido, observa-se coerência entre:

- A necessidade pública identificada (**reforma e ampliação da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Indígena Lúcio Porangaty Tembé**);
- O objeto licitado;
- O projeto técnico elaborado;
- A fonte de recursos;
- O cronograma de execução física e financeira.

A compatibilidade entre tais elementos evidencia coerência lógica e técnica do procedimento, reduzindo riscos de aditivos indevidos, paralisações da obra ou glosas de recursos por parte do órgão concedente.

## **II.5 – Da vantajosidade da contratação**

A vantajosidade, conforme art. 11 da Lei nº 14.133/2021, não se restringe ao menor preço, mas envolve a relação custo-benefício, a qualidade da execução e a sustentabilidade da contratação.

No caso em análise, a vantajosidade está evidenciada por:

- Orçamento estimativo elaborado com base em tabelas oficiais de referência;
- Definição objetiva do critério de julgamento (**menor preço por valor global**);
- Ampliação da competitividade pela modalidade concorrência;
- Previsão de exigências proporcionais de habilitação, evitando restrições indevidas à participação.

Tais elementos indicam que a contratação tende a atender ao interesse público com economicidade e eficiência, respeitando os princípios da administração pública.

## **II.6 – Da gestão de riscos**

A Lei nº 14.133/2021 introduz, de forma expressa, a gestão de riscos como componente essencial do processo licitatório (art. 18, inciso X, e art. 22).

No caso concreto, recomenda-se atenção especial aos seguintes riscos:

- Riscos técnicos: falhas no projeto, incompatibilidades entre projetos complementares e subdimensionamento de quantitativos;
- Riscos financeiros: atrasos na liberação de recursos federais, reajustes indevidos e desequilíbrio econômico-financeiro;

- Riscos operacionais: atrasos na execução, paralisação da obra e descumprimento do cronograma;
- Riscos jurídicos: impugnações ao edital, recursos administrativos e questionamentos por órgãos de controle.

A mitigação desses riscos deve ocorrer por meio de:

- Matriz de riscos devidamente formalizada;
- Fiscalização técnica qualificada;
- Cláusulas contratuais claras quanto às responsabilidades das partes.

## **II.7 – Da necessidade do Parecer Jurídico**

Continuando, temos o Art. 53, § 1º, Incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que faz com que a manifestação jurídica seja necessária, pois tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;”

Dessa forma, a Assessoria Jurídica, compete avaliar a legalidade sob o aspecto normativo da não realização de licitação, verificando cuidadosamente o cabimento da hipótese de dispensa. O mesmo não se dá quanto à apreciação do cabimento do objeto. Em suma, a apreciação empreendida por este órgão consultivo não tem o intuito de atestar as alternativas técnicas adotadas pelo agente público.

Foi anexada a documentação pertinente ao presente caso para análise, verificando-se que constam as cláusulas relacionadas no Termo de Referência: Razão da Escolha do Prestador de Serviços, Justificativa do Preço, Descrição do Fornecimento, Penalidades, Garantias e Designação dos Recursos Orçamentários, estando portanto em consonância com a nossa legislação vigente.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

Nesse sentido, também é o entendimento do TCU:

“344. Há entendimentos nesta Corte no sentido de que não se pode responsabilizar o parecerista jurídico pela deficiência na especificação técnica da licitação, já que tal ato é estranho à sua área de atuação, à exemplo do Acórdão 181/2015-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Vital do Rego. Além desse, o Relatório do Ministro Raimundo Carreiro que fundamentou o Acórdão 186/2010-TCU-Plenário também segue essa linha de entendimento, especificando a função do parecer jurídico: 'O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital.' (Acórdão TCU 1492/21)

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências sempre observado princípio da segregação de funções.

Finalmente, determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão



apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, é admissível juridicamente o prosseguimento do presente certame, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com fundamento nos requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021 e Decretos Municipais.

### III – CONCLUSÃO

Respeitados os aspectos legais e formais do processo licitatório, entendo que a minuta do edital e o demais anexos que acompanham o respectivo processo, atendem aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Diante do exposto, **OPINA-SE FAVORAVELMENTE PELA REGULARIDADE JURÍDICA DO PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, porquanto atendidos os requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à legalidade, coerência procedimental, vantajosidade da contratação, gestão de riscos e aderência às normas vigentes.

Assim, devolve-se o presente processo ao Departamento de Licitações e Contratos, para que seja dado regular prosseguimento ao rito processual, com a adoção das providências administrativas cabíveis.

**É o parecer, salvo melhor juízo.**

Tomé-Açu/PA, 28 de abril de 2026.

**MICHAEL DOS REIS SANTOS**

Assessor Jurídico

Matrícula nº 656.216-0

OAB/PA nº 30.931-B